



Entre Jó e Zaratustra: sofrimento, niilismo e crise do fundamento na modernidade

Between Job and Zarathustra: suffering, nihilism, and the crisis of foundation in modernity

Marco Aurélio da Silva

Resumo

O presente artigo investiga o confronto filosófico entre Friedrich Nietzsche e o Livro de Jó a partir do problema do sofrimento inocente, da crise do fundamento metafísico e da crítica à moral do sofrimento na tradição ocidental. O estudo analisa como a genealogia nietzschiana da moral denuncia a transformação da dor em mecanismo espiritual de culpabilização da existência, interiorização da culpa e negação da vida. Em contrapartida, demonstra-se que o Livro de Jó introduz fissura decisiva na lógica retributiva da tradição religiosa ao expor a experiência do sofrimento sem culpa proporcional e o colapso da inteligibilidade moral do cosmos. A pesquisa sustenta que Jó não representa simples resignação ascética, mas experiência radical de revolta diante do silêncio divino e da opacidade da transcendência. O artigo articula hermenêutica filosófica, fenomenologia da existência, genealogia da moral e filosofia da religião, dialogando criticamente com Martin Heidegger, Albert Camus, Søren Kierkegaard, Walter Benjamin, Paul Ricoeur e Emil Cioran. Conclui-se que o confronto entre Jó e Nietzsche revela a impossibilidade contemporânea de reconciliar plenamente sofrimento, justiça e existência, mantendo aberta a tensão entre a exigência humana de sentido e a opacidade última do real diante da experiência da dor.

Palavras-chave: Nietzsche; Livro de Jó; sofrimento inocente; niilismo; transcendência; tragédia; genealogia da moral; silêncio de Deus.

Abstract

This article investigates the philosophical confrontation between Friedrich Nietzsche and the Book of Job through the problem of innocent suffering, the crisis of metaphysical foundations, and the critique of the morality of suffering in Western tradition. The study analyzes how Nietzsche's genealogy of morality denounces the transformation of pain into a spiritual mechanism of guilt, interiorization of blame, and negation of life. In contrast, the article demonstrates that the Book of Job introduces a decisive rupture within the retributive logic of religious tradition by exposing the experience of suffering without proportional guilt and the collapse of the moral intelligibility of the cosmos. The research argues that Job does not represent mere ascetic resignation, but rather a radical experience of revolt before divine silence and the opacity of transcendence. The article articulates philosophical hermeneutics, phenomenology of existence, genealogy of morality, and philosophy of religion, engaging critically with Martin Heidegger, Albert Camus, Søren Kierkegaard, Walter Benjamin, Paul Ricoeur, and Emil Cioran. The study concludes that the confrontation between Job and Nietzsche reveals the contemporary impossibility of fully reconciling suffering, justice, and existence, leaving open the tension between the human demand for meaning and the ultimate opacity of reality before the experience of pain.

Keywords: Nietzsche; Book of Job; innocent suffering; nihilism; transcendence; tragedy; genealogy of morality; silence of God.

Introdução

A relação entre Friedrich Nietzsche e o Livro de Jó constitui uma das tensões mais radicais da tradição filosófica e religiosa ocidental porque coloca em confronto não apenas duas interpretações do sofrimento humano, mas duas formas inconciliáveis de compreender ontologicamente a existência. De um lado, encontra-se Jó: figura da inocência devastada, lançado à experiência extrema da perda, do abandono e da incompreensibilidade do sofrimento. De outro, emerge Nietzsche, anunciando a morte de Deus e denunciando precisamente a estrutura metafísica que transformou a dor em fundamento moral da vida. Entre ambos abre-se uma questão decisiva para a modernidade: como sustentar a existência quando o sofrimento excede qualquer inteligibilidade moral ou transcendental?

Ao longo da tradição exegética, o Livro de Jó foi frequentemente absorvido por leituras conciliatórias que converteram sua radicalidade em pedagogia da resignação religiosa. Entretanto, a própria estrutura narrativa do texto bíblico desorganiza violentamente a lógica retributiva que sustentava grande parte da compreensão veterotestamentária da justiça. Jó sofre sem culpa

proporcional, sem causalidade ética transparente e sem possibilidade de reconciliação racional imediata entre sofrimento e justiça divina. O colapso da relação entre virtude e destino dissolve a estabilidade moral do cosmos. Nesse contexto, os discursos dos amigos representam a tentativa desesperada de restaurar uma inteligibilidade ética perdida; Jó, porém, recusa tal restauração. Sua fala emerge como protesto ontológico diante da opacidade do mundo e do silêncio de Deus.

É precisamente nesse ponto que a aproximação com Nietzsche se torna filosoficamente perturbadora. A crítica nietzschiana da moral, especialmente em *Genealogia da Moral*, *O Anticristo* e *Assim Falou Zaratustra*, dirige-se contra a transformação do sofrimento em mecanismo espiritual de domesticação da vida. Para Nietzsche, a tradição judaico-cristã consolidou historicamente uma moral da culpa fundada na interiorização da dor, na sacralização da renúncia e na promessa metafísica de compensação transcendente. O niilismo emerge quando a existência concreta passa a ser julgada a partir de ideais absolutos hostis à própria vida.

Todavia, o Livro de Jó introduz uma fissura decisiva nesse diagnóstico. Diferentemente do ideal ascético denunciado por Nietzsche, Jó não espiritualiza passivamente sua dor nem converte o sofrimento em princípio de redenção moral. Sua experiência rompe parcialmente a lógica sacrificial da culpa porque insiste em confrontar Deus, interpelar a justiça divina e recusar interpretações conciliatórias do padecimento humano. Nesse sentido, Jó ocupa posição ambígua e paradoxal: permanece inserido no horizonte religioso hebraico, mas simultaneamente tensiona os próprios fundamentos da racionalidade teológica retributiva. A radicalidade de sua revolta impede que o sofrimento seja reduzido tanto à submissão religiosa quanto à pura moralização da existência.

A potência filosófica desse confronto intensifica-se quando se percebe que tanto Jó quanto Nietzsche pensam a partir da experiência do colapso do fundamento metafísico. Jó descobre um mundo em que a justiça divina se torna indecifrável; Nietzsche descreve um mundo posterior à morte de Deus. Em ambos os casos, desaparece a garantia última de sentido capaz de reconciliar verdade, sofrimento e destino humano. Contudo, suas respostas divergem radicalmente. Jó ainda exige resposta diante do silêncio transcendental; Nietzsche procura ensinar a afirmação trágica da existência precisamente após o colapso de toda transcendência. O primeiro insiste na interpelação do absoluto; o segundo suspeita que a própria necessidade metafísica de sentido constitui uma das formas mais refinadas de negação da vida.

O problema central deste artigo consiste em investigar em que medida o Livro de Jó ultrapassa, tensiona ou mesmo desestabiliza a crítica nietzschiana da moral judaico-cristã. Busca-se compreender se Jó participa integralmente da lógica ascética denunciada por Nietzsche ou se sua experiência inaugura uma dimensão trágica da existência incompatível com interpretações

puramente moralizantes da tradição bíblica. A pesquisa procura ainda analisar como categorias como culpa, sofrimento inocente, revolta, silêncio divino, niilismo e afirmação da vida reorganizam a relação entre transcendência e existência na crise moderna do sentido.

A hipótese central sustenta que o Livro de Jó representa uma ruptura interna na própria tradição religiosa que Nietzsche frequentemente interpreta de maneira relativamente homogênea. Embora permaneça inscrito no horizonte teológico hebraico, Jó introduz uma experiência-limite do sofrimento que desestabiliza a equivalência entre culpa e dor, impedindo a completa absorção da existência pela lógica ascética. Sua revolta diante do silêncio divino aproxima-o paradoxalmente da dimensão trágica defendida por Nietzsche, revelando que a tradição bíblica contém tensões ontológicas mais complexas do que aquelas frequentemente reconhecidas pela crítica genealógica da religião.

A tese defendida neste estudo afirma que o confronto entre Jó e Nietzsche não pode ser reduzido à oposição simplista entre fé e ateísmo, religião e niilismo ou transcendência e imanência. Ambos emergem como intérpretes radicais da crise do sentido humano diante do sofrimento sem garantia metafísica. Jó insiste na necessidade de interpelar o absoluto mesmo quando este permanece silencioso; Nietzsche procura afirmar a existência precisamente quando toda garantia transcendente entra em colapso. Em comum, ambos recusam as formas superficiais de justificação moral da dor e revelam a instabilidade constitutiva da condição humana diante do absurdo da existência.

Do ponto de vista metodológico, o artigo articula hermenêutica filosófica, genealogia da moral e fenomenologia da existência, buscando estabelecer uma tensão produtiva entre interpretação textual e crítica das formações históricas do sofrimento. O diálogo com Martin Heidegger, Karl Jaspers, Paul Ricoeur, Walter Benjamin, Albert Camus, Emil Cioran e Søren Kierkegaard decorre da necessidade de compreender o sofrimento como experiência ontológica vinculada à crise moderna da transcendência, ao problema do absurdo e à condição trágica da existência.

A estrutura do artigo organiza-se em quatro movimentos analíticos interdependentes. Inicialmente, examina-se a genealogia nietzschiana da culpa e da moral do sofrimento. Em seguida, analisa-se a ruptura da lógica retributiva no Livro de Jó e a emergência do sofrimento inocente como problema ontológico. Na terceira seção, discute-se a relação entre silêncio divino, niilismo e crise metafísica do sentido. Por fim, investigam-se as aproximações e divergências entre Jó e Zaratustra enquanto figuras extremas da revolta trágica diante da ausência de fundamento absoluto.

A relevância deste estudo reside na tentativa de romper simultaneamente com leituras apologéticas do sofrimento religioso e com interpretações simplificadoras da crítica nietzschiana da religião. Ao aproximar Nietzsche e Jó, o artigo procura demonstrar que a modernidade permanece atravessada

por uma questão ainda irresolvida: como afirmar a existência quando o sofrimento excede toda justificção moral, quando Deus permanece silencioso e quando o próprio ser humano já não dispõe de fundamentos transcendentais capazes de reconciliá-lo plenamente com o mundo?

Genealogia da culpa e crítica da moral do sofrimento

A crítica de Nietzsche à moral judaico-cristã constitui uma das mais radicais investigações filosóficas acerca da transformação histórica do sofrimento em fundamento espiritual da civilização ocidental. Em *Genealogia da Moral, O Anticristo e Assim Falou Zaratustra*, Nietzsche procura demonstrar que a moral não emerge como expressão universal da verdade ou da justiça, mas como resultado histórico de relações de força, ressentimento e interiorização da violência. O sofrimento deixa de ser compreendido como dimensão trágica e inevitável da existência para converter-se em tecnologia espiritual de administração da vida. A dor adquire valor moral. O padecimento transforma-se em critério de elevação espiritual. A existência concreta passa a ser julgada segundo ideais transcendentais que depreciam o corpo, os impulsos vitais e a potência afirmativa do viver.

No centro dessa crítica encontra-se a genealogia da culpa. Nietzsche identifica uma relação decisiva entre memória, dívida e sofrimento. O termo alemão *Schuld* designa simultaneamente culpa e dívida, revelando que a moral ocidental nasce da interiorização de antigas relações econômicas de obrigação. O homem torna-se “culpado” porque aprende a perceber a si mesmo como devedor permanente diante de uma instância superior — inicialmente social, depois metafísica. A violência antes exterior converte-se em autovigilância interior. A crueldade deixa de ser descarregada no mundo e passa a ser exercida contra o próprio sujeito. Surge a má consciência: a vida voltando-se contra si mesma.

Nesse processo, o sofrimento torna-se indispensável à conservação da ordem moral. A dor já não aparece como acontecimento contingente da existência, mas como prova espiritual, punição legítima ou instrumento de redenção. O ideal ascético fornece ao sofrimento uma interpretação totalizante capaz de impedir o colapso do sentido. Para Nietzsche, a força histórica do cristianismo não reside em eliminar a dor, mas em torná-la inteligível mediante a culpa. O sacerdote ascético transforma o sofrimento em capital moral e converte a fraqueza em superioridade ética. O ressentimento deixa então de ser simples reação psicológica para tornar-se estrutura civilizacional. A negação da vida passa a operar sob aparência de virtude.

A radicalidade da crítica nietzschiana não se dirige apenas à religião institucional, mas à própria metafísica ocidental do fundamento. O problema não consiste simplesmente na crença em Deus, mas na submissão da existência a um tribunal transcendente absoluto diante do qual a vida concreta

aparece sempre insuficiente. O niilismo emerge precisamente quando os valores supremos passam a julgar a existência em nome de um além metafísico inacessível. A vida perde valor em si mesma. O sofrimento deixa de ser experiência trágica do real para tornar-se sintoma da inadequação humana diante do ideal.

O Livro de Jó introduz uma tensão profundamente perturbadora nessa genealogia. Diferentemente da lógica moral retributiva criticada por Nietzsche, Jó não sofre em razão de culpa proporcional nem pode ser reduzido à figura clássica do pecador ascético. Desde o início da narrativa, o texto insiste em sua integridade: Jó é justo. Sua ruína não decorre de corrupção ética, decadência espiritual ou violação da lei divina. O sofrimento emerge precisamente onde a lógica retributiva deveria fracassar. A dor deixa de confirmar a ordem moral do cosmos e passa a ameaçar sua própria inteligibilidade.

É nesse ponto que o Livro de Jó adquire potência filosófica singular. A narrativa não apenas expõe o sofrimento inocente; ela desorganiza a própria gramática religiosa da causalidade moral. O universo já não opera segundo equivalência transparente entre virtude e destino. A justiça divina torna-se opaca. O sofrimento perde inteligibilidade imediata. A existência confronta-se com o abismo de um mundo em que o justo pode ser destruído sem razão moral suficiente.

Contudo, a radicalidade de Jó não reside apenas em sofrer injustamente, mas em recusar a interpretação conciliatória de sua própria dor. Diferentemente da submissão ascética denunciada por Nietzsche, Jó protesta, acusa, interpela e exige resposta. Sua linguagem rompe o horizonte da resignação religiosa. Em vez de transformar a dor em redenção espiritual, ele transforma o sofrimento em problema ontológico. Em Jó 3:11, pergunta: “Por que não morri eu na madre?”. A questão não expressa simples desespero psicológico, mas a ruptura da confiança metafísica na racionalidade do mundo. O sofrimento torna-se intolerável porque destrói a possibilidade de reconciliar existência e justiça.

Os discursos de Elifaz, Bildade e Zofar representam precisamente a tentativa de restaurar a estabilidade moral ameaçada pela experiência de Jó. Eles defendem a lógica tradicional da retribuição: se há sofrimento, deve haver culpa. A preservação da justiça divina exige a culpabilização do sofredor. O sofrimento inocente torna-se teologicamente insuportável porque ameaça dissolver a coerência ética do cosmos. Entretanto, a própria narrativa bíblica desmonta progressivamente essa racionalidade. Jó resiste à moralização da dor e denuncia a insuficiência dos discursos religiosos incapazes de enfrentar a experiência extrema do sofrimento sem fundamento.

Nesse aspecto, o Livro de Jó aproxima-se paradoxalmente da própria suspeita nietzschiana. Ambos recusam interpretações simplificadoras do sofrimento. Ambos percebem que a dor extrema

desorganiza os sistemas tradicionais de legitimação moral da existência. Ambos revelam a fragilidade das estruturas metafísicas que pretendem reconciliar sofrimento e justiça. Contudo, suas respostas permanecem radicalmente distintas.

Nietzsche procura superar o problema mediante a afirmação trágica da existência após o colapso dos fundamentos transcendentais. O sofrimento deve ser afirmado sem redenção metafísica. Já Jó permanece preso à exigência de interpelação do absoluto. Sua revolta não elimina a transcendência; ao contrário, radicaliza-a. Jó exige de Deus precisamente aquilo que o mundo parece incapaz de oferecer: inteligibilidade, justiça e resposta. O silêncio divino transforma-se então em experiência devastadora do não-fundamento.

A leitura de Heidegger permite compreender a profundidade ontológica dessa ruptura. Ao interpretar Nietzsche como consumação da metafísica ocidental, Heidegger demonstra que o niilismo emerge quando os fundamentos tradicionais do sentido deixam de sustentar a inteligibilidade do ser. Em Jó, essa experiência aparece antecipadamente sob forma religiosa: Deus não desaparece, mas torna-se insondável. O fundamento permanece presente precisamente como ausência de resposta. O homem confronta-se com um mundo que já não garante reconciliação entre verdade, justiça e existência.

Jaspers aprofunda essa problemática ao compreender sofrimento, morte e fracasso como situações-limite que rompem a estabilidade cotidiana e expõem o indivíduo à radicalidade da existência. Jó encarna exemplarmente essa condição. Seu sofrimento destrói não apenas bens materiais ou segurança emocional, mas as próprias estruturas simbólicas que sustentavam sua compreensão do mundo. A existência torna-se experiência de exposição absoluta diante do incompreensível.

Já Ricoeur permite compreender que a crise do sofrimento em Jó é simultaneamente crise da linguagem. O sofrimento inocente excede os sistemas convencionais de interpretação moral. A dor torna-se hermeneuticamente irreduzível. O homem sofre não apenas porque padece fisicamente, mas porque o mundo deixa de possuir coerência narrativa. A linguagem religiosa tradicional fracassa diante da experiência do absurdo.

O confronto entre Nietzsche e Jó revela, assim, uma tensão decisiva da modernidade. Nietzsche identifica no sofrimento moralizado uma das formas supremas de negação da vida; Jó revela que o sofrimento inocente pode destruir a própria racionalidade da ordem transcendente. O primeiro procura afirmar a existência após a morte de Deus; o segundo continua clamando a um Deus cujo silêncio ameaça dissolver o próprio fundamento do sentido. Entre ambos emerge uma das questões mais radicais da filosofia contemporânea: como sustentar a existência quando o sofrimento já não

pode ser plenamente explicado nem pela moral, nem pela metafísica, nem pela própria transcendência?

Sufrimento inocente e ruptura da justiça retributiva

O problema do sofrimento inocente constitui o núcleo mais radical do Livro de Jó e talvez uma das questões mais perturbadoras de toda a tradição filosófica, religiosa e metafísica do Ocidente. Diferentemente das narrativas organizadas pela equivalência entre culpa e punição, virtude e recompensa, o Livro de Jó inaugura uma experiência na qual a dor já não confirma a racionalidade moral do mundo, mas ameaça destruí-la desde seus fundamentos. O sofrimento deixa de funcionar como mecanismo de inteligibilidade ética da existência. O justo sofre. O inocente é abandonado à ruína. A justiça divina torna-se opaca. A própria estrutura simbólica do cosmos entra em crise.

Grande parte das tradições religiosas do mundo antigo sustentava-se sobre alguma forma de correspondência entre moralidade e destino. O universo era concebido como ordem relativamente inteligível, na qual o sofrimento possuía função corretiva, pedagógica ou punitiva. A dor indicaria culpa; a prosperidade confirmaria retidão. O Livro de Jó implode precisamente essa estabilidade metafísica. Em Jó 1:8, Deus afirma: “Não há ninguém na terra semelhante a ele, homem íntegro e reto”. Entretanto, imediatamente após essa declaração, Jó é lançado ao colapso absoluto da existência. Seus filhos morrem, seus bens desaparecem, seu corpo é consumido pela enfermidade e sua dignidade social é destruída. O texto introduz então um escândalo ontológico decisivo: a possibilidade do sofrimento sem culpa proporcional.

A radicalidade filosófica dessa ruptura não reside apenas na intensidade da dor, mas na destruição da inteligibilidade moral do sofrimento. Jó não consegue integrar sua experiência às categorias tradicionais da justiça religiosa. Sua existência deixa de possuir coerência narrativa. O mundo já não responde às expectativas éticas que sustentavam sua relação com Deus, consigo mesmo e com a realidade. O sofrimento inocente rompe a confiança metafísica segundo a qual o universo seria governado por equivalência racional entre bem e destino.

Nesse sentido, o Livro de Jó produz uma das primeiras grandes crises da consciência teológica ocidental. A questão central já não consiste em saber por que os ímpios prosperam, mas como a própria inocência pode ser entregue ao sofrimento extremo sem que a ordem do mundo colapse inteiramente. O problema deixa de ser moral e torna-se ontológico. O sofrimento não ameaça apenas o indivíduo; ameaça a própria estrutura de sentido que sustenta o cosmos.

Nietzsche percebe com extrema lucidez o perigo filosófico implicado nessa questão. Sua crítica à moral cristã nasce precisamente da suspeita de que o sofrimento foi historicamente transformado em mecanismo de culpabilização e submissão espiritual. Em *Genealogia da Moral*, Nietzsche demonstra que a dor foi reinterpretada como consequência moral da insuficiência humana. O homem aprende a voltar-se contra si mesmo. Sofrer significa dever algo, expiar algo, justificar algo. O sofrimento torna-se linguagem da culpa.

Jó introduz uma fissura decisiva nessa lógica. Sua revolta emerge precisamente da impossibilidade de reconhecer-se culpado. Em Jó 6:24, declara: “Mostrai-me em que errei”. A pergunta possui alcance devastador porque expõe a falência da racionalidade retributiva. Jó não rejeita apenas a intensidade da dor; ele rejeita a interpretação moral da dor. Seu sofrimento torna-se insuportável porque já não pode ser reconciliado com a ideia de justiça.

A experiência de Jó ultrapassa, assim, o plano psicológico do desespero individual. O que entra em colapso é a própria inteligibilidade do real. O universo parece abandonar qualquer estrutura estável de sentido. Deus permanece presente, mas sua justiça torna-se indecifrável. O sofrimento converte-se em experiência do absurdo antes mesmo da modernidade filosófica formular explicitamente essa categoria.

Essa dimensão aproxima paradoxalmente Jó da crítica nietzschiana da moral. Ambos recusam a transformação automática da dor em legitimação ética da existência. Ambos desconfiam das interpretações que procuram reconciliar sofrimento e ordem moral mediante explicações abstratas. Contudo, a tensão entre eles permanece radical. Enquanto Nietzsche interpreta a necessidade metafísica de justificar o sofrimento como sintoma de decadência niilista, Jó continua exigindo resposta diante do silêncio divino. O primeiro procura afirmar a existência sem transcendência reconciliadora; o segundo insiste em interpelar precisamente a transcendência que parece abandoná-lo.

A radicalidade dessa experiência manifesta-se também na desintegração subjetiva produzida pelo sofrimento. Jó já não reconhece o próprio lugar no mundo. O corpo torna-se espaço de degradação. O tempo perde continuidade. O futuro deixa de aparecer como promessa. A linguagem fragmenta-se entre grito, protesto e silêncio. O sofrimento inocente destrói não apenas certezas teológicas, mas as próprias condições fenomenológicas da habitação do mundo.

É nesse ponto que a leitura de Ricoeur adquire importância decisiva. Em sua hermenêutica do mal e da narrativa, Ricoeur demonstra que o ser humano organiza sua existência mediante estruturas simbólicas capazes de conferir continuidade à experiência. Sofrer não significa apenas padecer fisicamente, mas ver interrompida a possibilidade de narrar coerentemente a própria vida. Em Jó,

essa ruptura atinge dimensão extrema. O discurso religioso herdado torna-se incapaz de organizar simbolicamente a experiência da dor. A narrativa tradicional da justiça fracassa diante do sofrimento inocente.

A fala de Jó emerge então como linguagem-limite. Seu discurso oscila entre acusação, lamento, silêncio e desejo de desaparecimento. Em Jó 3:11, pergunta: “Por que não morri eu na madre?”. A questão não expressa simples desejo de morte, mas a impossibilidade de reconciliar existência e sentido. O sofrimento extremo rompe a continuidade entre ser e mundo. A vida já não aparece como possibilidade afirmável.

A leitura de Benjamin permite ampliar essa dimensão da ruptura. Ao interpretar a modernidade a partir da categoria da ruína, Benjamin demonstra que a história não se organiza como progresso reconciliado, mas como acumulação de fragmentos, catástrofes e destruições silenciosas. Em Jó, essa experiência aparece antecipadamente sob forma existencial e cosmológica. Sua ruína não é apenas individual; ela simboliza a precariedade radical de toda promessa de estabilidade metafísica. O sofrimento inocente revela aquilo que os sistemas totalizantes procuram ocultar: a impossibilidade de justificar plenamente a dor humana.

Benjamin aproxima-se de Jó precisamente porque ambos recusam narrativas reconciliadoras da história e da existência. Assim como a ruína benjaminiana expõe os escombros ocultados pelo discurso do progresso, o sofrimento de Jó revela a fragilidade das teodiceias que tentam preservar intacta a racionalidade da justiça divina. O sofrimento permanece parcialmente irredutível à explicação. Há sempre um excesso da dor que escapa à linguagem moral, teológica ou metafísica.

O Livro de Jó inaugura, assim, uma experiência filosófica decisiva: a descoberta de que o sofrimento inocente pode destruir não apenas a estabilidade psicológica do indivíduo, mas a própria inteligibilidade do mundo. A dor deixa de confirmar a ordem do cosmos e passa a ameaçar seu fundamento. Entre Nietzsche e Jó emerge então uma tensão radical da modernidade: como sustentar a existência quando o sofrimento já não pode ser plenamente reconciliado nem pela moral, nem pela história, nem pela transcendência?

Silêncio de Deus, niilismo e crise do fundamento metafísico

O silêncio de Deus no Livro de Jó não constitui simplesmente ausência de resposta religiosa diante do sofrimento humano. Sua radicalidade reside no fato de que o silêncio emerge no interior da própria relação entre transcendência e justiça, rompendo a confiança metafísica que sustentava a inteligibilidade moral do cosmos. Em Jó, Deus não desaparece; permanece presente precisamente

como inacessibilidade. O fundamento continua existindo, mas já não garante reconciliação entre sofrimento e sentido. A devastação da experiência de Jó nasce dessa contradição extrema: o homem continua dirigindo-se ao absoluto mesmo quando o absoluto já não responde segundo as expectativas tradicionais da justiça.

Essa tensão introduz uma ruptura decisiva na tradição sapiencial hebraica. Diferentemente de leituras posteriores que procuraram absorver o texto em modelos conciliatórios de resignação religiosa, o Livro de Jó desorganiza a própria lógica retributiva que estruturava grande parte da consciência teológica do Antigo Oriente. A estabilidade simbólica do mundo antigo dependia da convicção de que a ordem cósmica permanecia vinculada à justiça divina. A dor poderia possuir função corretiva, pedagógica ou expiatória, mas não deveria dissolver completamente a inteligibilidade moral da existência. Jó rompe precisamente esse horizonte. O sofrimento do inocente introduz a possibilidade devastadora de um mundo no qual a transcendência permanece soberana sem permanecer plenamente inteligível.

A singularidade filosófica do texto bíblico reside no fato de que sua crise não conduz imediatamente ao ateísmo nem à negação da transcendência. Jó não abandona Deus; continua interpelando-o. Sua revolta emerge precisamente da permanência da relação com o absoluto. O problema não consiste em ausência de fé, mas na impossibilidade de reconciliar sofrimento inocente e justiça divina dentro das categorias tradicionais da racionalidade religiosa. O silêncio de Deus torna-se então experiência ontológica de desfundamentação do mundo.

Nesse sentido, o Livro de Jó antecipa de maneira singular uma questão que se tornará central para a modernidade filosófica: a crise do fundamento metafísico. Entretanto, a experiência de Jó não pode ser simplesmente identificada ao niilismo moderno. Em Friedrich Nietzsche, a morte de Deus designa o colapso histórico dos valores absolutos que organizavam a moral, a verdade e o sentido do Ocidente. O niilismo emerge quando os valores supremos perdem sua força vinculante e a existência já não encontra garantia transcendente capaz de justificar sofrimento ou finalidade histórica. Em Jó, porém, a crise assume configuração mais paradoxal: Deus continua presente, mas sua presença já não assegura inteligibilidade ao sofrimento.

Essa diferença é decisiva. Em Nietzsche, o homem confronta a ausência de fundamento; em Jó, confronta um fundamento que permanece soberano precisamente em sua incompreensibilidade. O sofrimento inocente não conduz simplesmente à perda da transcendência, mas à descoberta de que a transcendência talvez exceda definitivamente as exigências humanas de racionalidade moral. A justiça divina já não pode ser apropriada como estrutura transparente do cosmos.

É precisamente aí que o texto bíblico ultrapassa tanto as interpretações moralizantes da religião quanto certas leituras simplificadoras da crítica nietzschiana. Jó não representa submissão ascética diante da dor. Sua fala é atravessada por protesto, acusação e recusa. O sofrimento não produz interiorização passiva da culpa, mas crise radical da inteligibilidade do mundo. Nesse aspecto, o Livro de Jó introduz fissura interna na própria tradição religiosa frequentemente criticada por Nietzsche como homogênea moralização da existência. O texto bíblico revela que a tradição sapiencial contém em si mesma experiências-limite que resistem à completa absorção pela lógica ascética.

A leitura de Heidegger permite compreender a profundidade ontológica dessa ruptura. Ao interpretar o niilismo como consumação da metafísica ocidental, Heidegger demonstra que a crise moderna emerge quando o fundamento deixa de garantir abertura estável do sentido. O homem já não habita um mundo reconciliado pela presença evidente do ser. Em Jó, essa experiência aparece antecipadamente sob forma religiosa: o cosmos perde familiaridade porque a justiça divina deixa de organizar transparentemente a existência. Deus permanece presente precisamente como excesso irreduzível diante da compreensão humana.

Essa dimensão aproxima Jó da experiência heideggeriana da angústia. Na angústia, o ente perde consistência cotidiana e o homem confronta-se com a instabilidade originária do mundo. O sofrimento de Jó produz exatamente esse deslocamento. A realidade já não aparece como ordem habitável sustentada por equivalência entre virtude e destino. O homem descobre-se exposto a um universo cuja racionalidade permanece inacessível.

A reflexão de Camus radicaliza ainda mais essa problemática ao compreender o absurdo como tensão entre a exigência humana de sentido e o silêncio do mundo. Contudo, Jó ultrapassa inclusive o horizonte camusiano. Em Camus, o absurdo emerge de um mundo indiferente; em Jó, emerge de uma transcendência silenciosa. O sofrimento torna-se mais devastador porque não resulta simplesmente da ausência de fundamento, mas da impossibilidade de compreender um fundamento que continua existindo sem reconciliar a dor humana.

É nesse ponto que a filosofia de Cioran se aproxima da experiência de Jó. Em Cioran, o sofrimento extremo dissolve as ilusões de estabilidade metafísica e conduz a consciência ao limite do suportável. Entretanto, diferentemente do niilismo puramente negativo, Jó não consegue abandonar completamente a transcendência. Sua linguagem permanece suspensa entre blasfêmia e oração, recusa e necessidade de Deus. O silêncio divino não elimina a relação com o absoluto; transforma-a em ferida aberta da existência.

O próprio discurso de Jó testemunha essa ruptura. Sua linguagem fragmenta-se porque o sofrimento excede as estruturas tradicionais de significação. A experiência extrema da dor destrói a continuidade narrativa da existência, rompe a confiança simbólica no mundo e expõe o homem à precariedade radical do ser. O sofrimento já não pode ser plenamente explicado nem pela moral, nem pela metafísica, nem pela racionalidade teológica.

Nesse contexto, o silêncio de Deus revela uma das possibilidades mais perturbadoras da experiência humana: a de que o fundamento último da existência talvez não coincida com as expectativas humanas de justiça. A transcendência permanece, mas já não garante reconciliação plena do mundo. O sofrimento inocente introduz então uma fratura irreparável entre existência e inteligibilidade.

Nietzsche procura responder a essa crise mediante a afirmação trágica da vida após o colapso das garantias transcendentais. Jó, ao contrário, continua insistindo na interpelação do absoluto mesmo quando este permanece silencioso. O primeiro procura ensinar a criação afirmativa de sentido sem fundamento metafísico; o segundo revela a impossibilidade humana de abandonar completamente a exigência de justiça transcendental. Entre ambos emerge a ferida filosófica decisiva da modernidade: a tensão insolúvel entre a necessidade humana de sentido e a opacidade última do real diante do sofrimento.

Jó e Zaratustra: revolta trágica e afirmação da existência

O confronto entre Livro de Jó e Assim Falou Zaratustra não deve ser compreendido como simples oposição entre religião e ateísmo, transcendência e imanência ou fé e niilismo. Tal interpretação reduziria a profundidade filosófica de ambos os textos. O que está em jogo é algo mais radical: duas formas extremas de responder à crise do fundamento metafísico e ao problema do sofrimento em um mundo no qual a reconciliação entre existência e sentido já não pode ser plenamente garantida.

Jó e Zaratustra emergem como figuras da revolta diante da insuficiência das interpretações tradicionais da dor. Ambos recusam a moralização simplificadora do sofrimento. Ambos percebem que a experiência extrema da existência destrói as formas convencionais de inteligibilidade do mundo. Entretanto, suas respostas divergem de maneira talvez inconciliável precisamente quanto ao destino da transcendência.

Jó permanece situado no horizonte da interpelação do absoluto. Seu sofrimento torna-se intolerável porque contradiz a expectativa de justiça divina que sustentava sua relação com o cosmos. A revolta de Jó nasce da impossibilidade de reconciliar inocência e destruição. Mesmo diante do silêncio divino, ele continua exigindo resposta. Sua linguagem é marcada por protesto, acusação e desejo de

inteligibilidade. O sofrimento não destrói completamente a transcendência; radicaliza sua necessidade.

Já Nietzsche procura pensar a existência precisamente após o colapso histórico das garantias transcendentais. A morte de Deus não significa apenas perda de crença religiosa, mas dissolução dos fundamentos absolutos que organizavam moralmente a civilização ocidental. O homem já não pode apoiar-se em uma ordem metafísica capaz de justificar a dor ou reconciliar a existência consigo mesma. Surge então a necessidade de afirmar a vida sem redenção transcendente.

Essa afirmação constitui o núcleo da experiência trágica nietzschiana. Desde *O Nascimento da Tragédia*, Nietzsche compreende o trágico não como pessimismo resignado, mas como capacidade de afirmar a existência mesmo em sua contingência, destruição e ausência de finalidade última. O dionisíaco representa precisamente a experiência na qual a vida é afirmada para além das exigências metafísicas de reconciliação racional. O sofrimento deixa de ser objeção contra a existência e passa a integrar sua potência criadora.

É nesse ponto que Zaratustra se distancia radicalmente de Jó. O sofrimento de Jó continua exigindo justificação. Sua revolta pressupõe ainda a expectativa de que o mundo deva coincidir com alguma forma de justiça transcendental. Nietzsche suspeita precisamente dessa exigência. Para ele, a necessidade metafísica de justificar o sofrimento revela incapacidade de afirmar plenamente o devir. O niilismo não nasce apenas da perda de Deus, mas da persistência da necessidade de um fundamento absoluto capaz de legitimar a existência.

Contudo, reduzir Jó à figura da submissão religiosa significaria ignorar a radicalidade do texto bíblico. Diferentemente do ideal ascético criticado por Nietzsche, Jó não transforma a dor em virtude espiritual nem glorifica o sofrimento como caminho de purificação moral. Sua fala destrói as interpretações religiosas simplificadoras da existência. Ele resiste à culpabilização promovida pelos amigos, recusa a lógica retributiva e expõe a insuficiência das teodiceias tradicionais diante da experiência do sofrimento inocente.

Nesse aspecto, Jó aproxima-se paradoxalmente da própria suspeita genealógica nietzschiana. Ambos denunciam interpretações que convertem sofrimento em mecanismo automático de legitimação moral. Ambos percebem que a dor extrema desorganiza as estruturas simbólicas que sustentam a racionalidade convencional do mundo. Contudo, a convergência termina precisamente onde começa a questão decisiva da transcendência.

Nietzsche procura libertar a existência da necessidade de fundamento absoluto. A vida deve ser afirmada em sua contingência radical, sem promessa de redenção metafísica. O eterno retorno exprime a radicalidade dessa exigência: afirmar a existência significa desejar sua repetição integral,

inclusive em sua dor, perda e destruição. A afirmação trágica exige dizer “sim” ao devir sem exigir compensação transcendente.

Jó não consegue realizar esse movimento. Sua revolta permanece dirigida a Deus. Mesmo quando a transcendência se torna incompreensível, ela continua funcionando como horizonte último da inteligibilidade desejada. O sofrimento permanece problema porque o mundo ainda é pensado sob exigência de justiça.

A leitura de Kierkegaard ajuda a compreender a profundidade dessa tensão. Kierkegaard demonstra que a existência religiosa autêntica não se sustenta sobre segurança racional, mas sobre paradoxo, angústia e exposição ao incompreensível. Em Jó, a fé já não aparece como estabilidade dogmática, mas como permanência angustiada diante de uma transcendência que não oferece garantias plenas de sentido.

Entretanto, Nietzsche suspeita que essa permanência da transcendência impede a superação definitiva do ressentimento. Enquanto a existência continuar subordinada à expectativa de justiça absoluta, permanecerá incapaz de afirmar integralmente o devir, a contingência e a destruição inerentes à vida. A revolta trágica de Zaratustra exige precisamente abandonar a nostalgia metafísica da reconciliação.

O confronto entre Jó e Zaratustra revela, assim, uma das tensões mais profundas da filosofia contemporânea. Jó transforma o sofrimento em acusação dirigida ao absoluto; Zaratustra transforma o sofrimento em condição da afirmação trágica da existência. O primeiro insiste na necessidade de justiça transcendental mesmo diante do silêncio de Deus; o segundo procura ensinar a criação afirmativa de sentido após o colapso da transcendência.

Entre ambos permanece aberta a ferida filosófica fundamental da modernidade: a impossibilidade de abandonar completamente a exigência humana de sentido e, simultaneamente, a impossibilidade de garantir metafisicamente esse sentido diante da devastação do sofrimento inocente.

Conclusão

O confronto entre Friedrich Nietzsche e o Livro de Jó revela uma das fraturas mais profundas da consciência ocidental porque expõe o colapso da antiga confiança metafísica segundo a qual sofrimento, justiça e existência poderiam reconciliar-se dentro de uma ordem inteligível do mundo. O que entra em crise não é apenas determinada interpretação religiosa da dor, mas a própria possibilidade de sustentar racionalmente a relação entre transcendência e sentido diante da experiência do sofrimento inocente.

A genealogia nietzschiana da moral demonstrou que a civilização ocidental transformou o sofrimento em categoria espiritual de culpabilização da existência. A dor deixou de aparecer como dimensão trágica da vida para converter-se em mecanismo moral de domesticação dos impulsos, interiorização da culpa e negação do devir. O ideal ascético subordinou a vida a fundamentos transcendentais que a julgam insuficiente. O niilismo emerge precisamente quando a existência já não consegue afirmar-se sem recorrer a garantias metafísicas exteriores a ela mesma.

O Livro de Jó introduz uma ruptura decisiva nessa lógica. Jó não glorifica o sofrimento, não espiritualiza a dor nem aceita a racionalidade retributiva defendida pelos discursos religiosos tradicionais. Sua revolta destrói a equivalência entre culpa e sofrimento e expõe o escândalo ontológico de uma existência na qual o inocente pode ser abandonado à devastação sem que o mundo ofereça explicação suficiente para isso.

É precisamente aí que o texto bíblico ultrapassa tanto as interpretações apologéticas da religião quanto certas leituras simplificadoras da crítica nietzschiana ao judaico-cristianismo. Jó não representa submissão passiva diante da transcendência. Sua linguagem emerge como protesto contra a própria opacidade do fundamento. O sofrimento inocente rompe a familiaridade do mundo, dissolve a estabilidade simbólica da existência e expõe o homem a uma realidade que já não pode ser plenamente reconciliada pela moral, pela metafísica ou pela teologia.

O silêncio de Deus constitui então uma das experiências mais devastadoras da tradição ocidental porque revela que a transcendência talvez não coincida com as exigências humanas de justiça. Deus permanece presente precisamente como incompreensibilidade. O fundamento não desaparece; torna-se abismo. A crise de Jó não decorre simplesmente da ausência de Deus, mas da impossibilidade de compreender um Deus que continua existindo sem restaurar inteligibilidade ao sofrimento.

Nesse ponto, a proximidade com Nietzsche torna-se filosoficamente decisiva. Tanto Jó quanto Nietzsche enfrentam o colapso das formas tradicionais de sentido. Ambos recusam interpretações moralizantes da dor. Ambos percebem que o sofrimento extremo desorganiza as estruturas convencionais da racionalidade humana. Contudo, aquilo que em Jó permanece como clamor dirigido ao absoluto transforma-se em Nietzsche na exigência trágica de afirmar a existência sem redenção transcendental.

A distância entre ambos talvez seja, porém, irreconciliável. Jó continua exigindo justiça diante do silêncio divino. Sua revolta permanece vinculada à necessidade de que a existência ainda responda a alguma forma última de sentido. Já o pensamento trágico nietzschiano procura sustentar a vida

precisamente onde toda garantia metafísica desmorona. O sofrimento já não deve ser redimido; deve ser afirmado como dimensão constitutiva do próprio devir.

Mas talvez seja justamente aí que a modernidade encontre sua ferida mais profunda. O homem já não consegue habitar integralmente o mundo antigo da transcendência reconciliadora; tampouco suporta plenamente a vertigem de uma existência abandonada ao devir sem fundamento último. Entre o clamor de Jó e o riso trágico de Zaratustra abre-se a experiência moderna do não-fundamento: um mundo no qual Deus permanece silencioso e no qual a própria ausência de Deus também já não consegue pacificar o sofrimento humano.

A interlocução com Heidegger, Camus, Kierkegaard, Benjamin, Ricoeur e Cioran permitiu demonstrar que o sofrimento inocente não constitui problema periférico da tradição ocidental, mas experiência-limite que atravessa a própria constituição da subjetividade moderna, da crise do sentido e da instabilidade do fundamento metafísico.

O confronto entre Jó e Nietzsche não produz síntese conciliadora. Ao contrário, revela talvez a impossibilidade contemporânea de reconciliar integralmente sofrimento, verdade e existência. Jó expõe o limite interno da racionalidade religiosa; Nietzsche expõe o limite das metafísicas que procuram justificar a vida mediante fundamentos absolutos. Ambos permanecem como figuras extremas da crise do sentido humano.

E talvez nenhuma filosofia consiga finalmente resolver essa tensão. Porque o sofrimento inocente continua excedendo todas as tentativas de reconciliação racional. Continua ferindo a linguagem. Continua desorganizando a confiança metafísica no mundo. Continua abrindo, no interior da existência, a pergunta que nem Deus responde plenamente ao homem nem o homem consegue definitivamente silenciar após a morte de Deus.

Referências

BENJAMIN, Walter Benjamin. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter Benjamin. **Origem do drama trágico alemão**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bíblia Sagrada. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

CAMUS, Albert Camus. **O homem revoltado**. Tradução de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CAMUS, Albert Camus. **O mito de Sísifo**. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CIORAN, Emil Cioran. **Breviário de decomposição**. Tradução de José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CIORAN, Emil Cioran. **Silogismos da amargura**. Tradução de José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

HEIDEGGER, Martin Heidegger. **Nietzsche**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. v. 1-2.

HEIDEGGER, Martin Heidegger. **Ser e tempo**. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

KIERKEGAARD, Søren Kierkegaard. **O desespero humano**. Tradução de Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Unesp, 2010.

KIERKEGAARD, Søren Kierkegaard. **Temor e tremor**. Tradução de Elisabete M. de Sousa. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich Nietzsche. **Assim falou Zaratustra**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich Nietzsche. **Genealogia da moral**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich Nietzsche. **O anticristo**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich Nietzsche. **O nascimento da tragédia**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RICOEUR, Paul Ricoeur. **A simbólica do mal**. Tradução de Hugo Barros e Gonçalo Marcelo. Lisboa: Edições 70, 2013.

RICOEUR, Paul Ricoeur. **O si-mesmo como outro**. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

Autor:

Marco Aurélio da Silva

Doutor em Extensão Rural -UFSM; Mestre em Ciências Sociais - UFSM; Mestre em Educação - UNISC. Tem desenvolvido pesquisas sobre economia solidária, cooperativismo escolar, gestão educacional.

E-mail: marcoaurelio22000@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6665383866556823>